



Anais da Assembléia

Nº 121

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 26 DE OUTUBRO DE 1983

ANO IX

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA
ATA DA 114.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 26 de OUTUBRO DE 1983
(QUARTA-FEIRA)

Presidência do senhor deputado Werner Wanderer, secretariada pelos senhores deputados Gernote Kirinus e Dirceu Manfrinato.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caio Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongrue, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a
SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE:

OFÍCIO:

Sob o n.º 093/83 GP, do senhor IZAIAS PINTO SIQUEIRA, presidente da Câmara Municipal de Faxinal, no qual encaminhou a esta Casa indicação de autoria do nobre vereador Pedro Cavalheiro de Meira, que sugere à presidência desta Assembléia estudos no sentido de ser criada no Estado a Carteira de Previdência dos deputados estaduais, nos moldes da existência no Estado de São Paulo.
Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, usando das atribuições que lhe confere o artigo 105 do Regimento Interno desta Casa de Leis, REQUER Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 151/83, de autoria do próprio subscritor.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1983.
(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após, ouvido o Plenário, seja minifestado, através o senhor prefeito municipal de Ponta Grossa, Otto Santos Cunha, os seus cumprimentos à Comissão Central Organizadora dos "XXVI JOGOS ABERTOS DO PARANÁ", realizados no dia 13 do mês em curso, naquela cidade, bem como à equipe representativa do esporte pontagrossense, pela brilhante vitória alcançada e que a consagrou campeã geral da referida competição.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1983.
(a) ODENI MONGRUEL.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado estadual que este subscreve, no uso de suas atribuições e de acordo com o que dispõe o Regimento Interno, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento:

- a) - ao senhor Marcos José Marques - presidente da Comissão Executiva Nacional do Alcool CENAL, Ministério da Indústria e do Comércio, Esplanada dos Ministérios, Bloco 6, Brasília Distrito Federal;
 - b) - ao senhor Antônio Aureliano Chaves de Mendonça presidente da Comissão Nacional de Energia, Edifício da Agência Central do Banco do Brasil, 19.^o andar - SBS - Brasília - Distrito Federal;
- de sugestões no sentido de reconsiderarem os Atos 989/83 e 992/83, ambos de 10-09-83, baixados pela Comissão Executiva Nacional do Alcool - CENAL, que cancelaram os enquadramentos dos projetos de destilarias de álcool de interesses das Cooperativas de Perobal, Município de Umuarama a COOPERBAL, e, do município de Icaraíma - COOPICAR.

JUSTIFICATIVA:

Existe, naquelas regiões, intensa euforia e entusiasmo quanto a implantação da destilarias, fatos festejados, desde já, pelo comércio e indústria, pelos desempregados, pela fixação das famílias nas áreas de influência.

Haverá geração de empregos, geração que aumentará a arrecadação de impostos.

Os cooperados da COOPERBAL e COOPICAR já desenvolveram trabalhos de reparos da documentação necessária, já providenciaram os atos de concorrência relativa ao projeto industrial e localizaram contratos de áreas de plantio.

A prevalecer o cancelamento imposto pela CENAL, os anseios, os esforços, os vultuosos dispêndios ficarão irremediavelmente anulados.

Aquelas comunidades ficarão gratas se vossas excelências estabelecerem condições de implantação da COOPERBAL e COOPICAR.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1983.
(a) NELSON VASCONCELLOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER o encaminhamento de Moção ao Presidente da República João Baptista Figueiredo e ao ministro das Relações Exteriores Saraiva Guerreiro, solicitando que o Brasil assuma posição de condenação da invasão norte-americana à Granada e defenda o direito dos povos à sua autodeterminação, nos termos que apresenta.

SALA das Sessões, em 26 de outubro de 1983.

(a) SABINO CAMPOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a remessa de ofício ao secretário de Estado da Segurança, senhor LUIZ FELIPE HAJ MUSSI, para que seja fornecido à CIRETRAN de Campo Largo, um veículo destinado aos serviços específicos daquela repartição.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1983.

(a) ACYR MEZZADRI.

JUSTIFICATIVA:

Em face da área territorial do município de Campo Largo, ser bastante extensa, contando ainda com vários distritos, nada mais justo e oportuno que a CIRETRAN daquele município seja contemplada com um veículo para atendimentos de seus serviços específicos.

A reivindicação também vem de encontro à solicitação da Câmara Municipal e do prefeito de Campo Largo, haja vista que a municipalidade não dispõe de recursos para a aquisição do veículo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor secretário de Estado do Planejamento, no sentido de que seja realizado estudos objetivando a destinação de recursos de ordem financeira para efetivação de melhorias no cemitério municipal, pertencente à municipalidade de Terra Boa.

Encontra-se em estado deplorável a estrutura material do cemitério municipal, necessitando de reformas gerais, tais como tubulações e caixa de ligação para controle de erosão; meio fio; calçamento; a construção de sanitários bem como a criação de um necrotério.

Torna-se necessário recursos que possam auxiliar na recuperação e construção de benfeitorias naquele cemitério, atendendo neste sentido a iniciativa do excelentíssimo senhor prefeito municipal, Elso Garcia Segura, conforme os diversos reclamos dos habitantes de Terra Boa.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso

de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo senhor secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja interferida na transação que se está operando entre as Empresas de Ônibus "Viação Garcia Ltda." e "Expresso Maringá Ltda.", com relação as linhas de ônibus intermunicipais as quais, se verificadas de modo como estas duas empresas estão acertando, irão trazer uma série de prejuízos aos usuários de vários municípios.

Através de reportagens nos jornais "Tribuna do Interior", de Campo Mourão, e "Tribuna da Região" de Goioerê, tivemos notícia de que, por intermédio de uma transação entre as empresas de ônibus "Viação Garcia Ltda." e "Expresso Maringá Ltda.", ficaria acertado entre as mesmas o seguinte:

- Expresso Maringá Ltda., transferiria sua linha Mariluz-Campo Mourão-Goioerê-Maringá, para a viação Garcia Ltda.;
- enquanto isso, a Viação Garcia Ltda., pediria o cancelamento de sua linha Campo Mourão-Maringá-Londrina, o que viria beneficiar sobremaneira a empresa Expresso Maringá Ltda., que passaria a operar sózinha nesse trecho, monopolizando-o.

De iniciativa do excelentíssimo senhor vereador, Itamar Agostinho Tagliari, de Campo Mourão, tal transação se efetivada, traria uma série de prejuízos, os quais passamos a enumerar:

- o primeiro prejuízo seria, sem dúvida, o monopólio que se criaria entre CAMPO MOURÃO-MARINGÁ-LONDRINA, linha que somente a Empresa Expresso Maringá Ltda. operaria, sendo retirados os pontos de embarque de passageiros entre Campo Mourão e Maringá.
- Na linha MARILUZ-GOIOERÊ-CAMPO MOURÃO-MARINGÁ, que passaria para a Viação Garcia Ltda., não haveriam pontos de embarque em Campo Mourão, Peabiru e Engenheiro Beltrão para Maringá, cujos pontos fazem parte dessa linha hoje.
- O monopólio da Empresa Expresso Maringá Ltda., na linha CAMPO MOURÃO-MARINGÁ, constitui um absurdo com o qual não podemos concordar, pois esta Empresa dispensa um serviço que deixa muito a desejar, tendo sido já alvo de reclamações inclusive em jornais.
- Com relação às cidades de MARILUZ e GOIOERÊ, que são atualmente servidas por duas empresas para Maringá (Expresso Maringá e Expresso Nordeste), passariam a ser servidas por três, com a inclusão da Viação Garcia Ltda., que passaria a operar com uma das linhas do Expresso Maringá Ltda.

O transporte coletivo rodoviário é competência do Estado que deve-o gerir da melhor forma possível, atendendo às necessidades da população; mesmo outorgando esse Serviço Público para concessionárias, deve zelar por esse atendimento adequado. Diante disso, tenho a certeza de que a presente transação, que vem contra esse espírito de atendimento à população, prejudicando-a em detrimento de melhores lucros para as Empresas, não terá a chancela da Secretaria de Estado dos Transportes, administrada que está por um homem íntegro.

Isto posto, venho à presença de vossa excelência Requerer:

- a) Não seja cancelada a linha CAMPO MOURÃO-MARINGÁ-LONDRINA, da Viação Garcia Ltda., impedindo-se deste modo, o monopólio de qualquer

Empresa;

b) Não sejam excluídos os pontos de embarque: Campo Mourão, Peabiru, Engenheiro Beltrão e cidades vizinhas da linha MARILUZ-GOIOERÊ-CAMPO MOURÃO-MARINGÁ, caso tal linha venha a ser transferida, qualquer que seja o motivo dessa transação;

c) Na eventualidade de ser impossível impedir tal transação entre as duas empresas, então, como forma de impedir os efeitos danosos daí advindos, criem-se pontos de embarque de passageiros em Campo Mourão, Peabiru e Engenheiro Beltrão com destino a Maringá, Jandaia do sul, Apucarana, Arapongas e Londrina, nas linhas da Empresa Expresso Nordeste Ltda., que hoje vindas de diversas cidades destinam-se a Maringá e Londrina, e que atualmente não tem esses pontos de embarque.

Diante do exposto, esperamos a atenção de Vossa Excelência com relação ao assunto exposto.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor superintendente da SUCEPAR- Superintendência de Combate a Erosão do Paraná, através do excelentíssimo senhor secretário de Estado do Interior, no sentido de que seja liberado materiais para construção de galerias diversas em vias localizadas no município de Iretama.

De iniciativa do excelentíssimo senhor Humberto Gomes Martins, prefeito municipal de Iretama, este afirma, conforme correspondência, a necessidade de se liberar tubos para construção a fim de possibilitar sem dúvida alguma, o controle da erosão, sendo que a mesma já contribuiu com ainda causa, prejuízos enormes aquela localidade.

Neste sentido, tais obras poderão inclusive ser executadas com auxílio de maquinaria e pessoal da própria prefeitura, tendo em vista que a mesma foi que realizou levantamento técnico.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo senhor secretário de Estado do Planejamento no sentido de que se autorize estudos objetivando a liberação de recursos financeiros no valor de Cr\$ 6.000.000,00 para saldar compromissos salariais para com os funcionários públicos pertencentes a prefeitura de Araruna.

De iniciativa do excelentíssimo senhor Osvaldo Valarini, chefe do executivo municipal de Araruna, tal solicitação visa eliminar o atraso que já vem desde o mês de setembro do ano de 1982 à janeiro deste ano.

Inegavelmente que tal conjuntura não pode mais prolongar-se, pois a mesma tem proporcionado a existência de diversos problemas de cunho social que se faz sentir em toda a coletividade.

É de capital importância a adoção de medidas capazes de eliminar a problemática ora verificada.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial a excelentíssima senhora coordenadora de Assistência ao Educando, através da excelentíssima senhora secretária de Estado da Educação, no sentido de que seja avaliado a possibilidade de se destinar auxílio de material de primeiros socorros para a municipalidade de Nova Cantu.

De iniciativa da senhora professora Florinda C. Fontana, diretora e da assistente Cleusa Dalapola Farias, ambas daquele estabelecimento educacional, tal pedido tem o intuito de auxiliar na implantação e manutenção de uma Farmácia a nível escolar, tendo em vista que a maioria absoluta dos estudantes inclui-se da faixa de carência, sendo portanto desprovidos de uma assistência ao menos em termos de primeiros socorros.

Neste sentido, é fundamental importância, pela razões expostas, que ações se dirijam no que diz respeito ao rápido atendimento da reinvidicação em pauta, no âmbito da saúde e higiene escolar.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor secretário de Estado da Cultura e do Esporte no sentido de que seja avaliada através de estudos, a viabilidade de destinar recursos financeiros para pagamento de despesas contraídas pela Escola Unidade Nova, localizada na municipalidade de Ubiratã.

De iniciativa do presidente da APM Associação de Pais e Mestres, através de seu presidente excelentíssimo senhor vereador Egon Fischer, tal pedido visa o pagamento das despesas contratuais conseqüentes quando da apresentação do elenco do Teatro Paranaense de Comédias Limitada no valor de 80.000,00.

Pelas razões expostas, torna-se imprescindível que ações se dirijam no sentido de que ora é proposto.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUEIRIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao excelentíssimo senhor secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, solicitando a instalação de um Mini Posto de Saúde no Distrito de Alto Porá, localizado no município de Ivaiporã.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

Para que a população de Alto Porã obtenha atendimento médico, tem que se deslocar à sede municipal, tomando-lhe tempo mais que o necessário, além de encarecer as despesas.

A instalação de um Mini Posto de Saúde no distrito, virá também ampliar o atendimento, além de melhorar o tratamento de saúde preventiva da população.

Tais deficiências, entre outras, são detectadas diariamente pela população. Em função disso, essa solicitação representa uma reivindicação prioritária daquela comunidade.

Esses fatos, senhores deputados, vem justificar a presente solicitação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao excelentíssimo senhor secretário de Estado da Saúde e do Bem Estar Social, solicitando a instalação de um Mini Posto de Saúde no Distrito de Arapuã, localizado no Município de Ivaiporã.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

Para que a população de Arapuã obtenha atendimento médico, tem que se deslocar à sede municipal, tomando-lhe tempo mais que o necessário, além de encarecer despesas.

A instalação de um Mini Posto de Saúde no distrito, virá também ampliar o atendimento, além de melhorar o tratamento de saúde preventiva da população.

Tais deficiências, entre outras, são detectadas diariamente pela população. Em função disso, essa solicitação representa uma reivindicação prioritária daquela comunidade.

Esses fatos, senhores deputados, vem justificar a presente solicitação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao excelentíssimo senhor secretário de Estado da Segurança Pública, LUIZ FELIPE HAJ MUSSI, solicitando a agilização na construção e equipamento de módulos policiais na cidade de Cianorte.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1983.

(a) DIRCEU MANFRINATO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja encaminhado expediente ao ilustríssimo senhor diretor do DETRAN - Departamento de

Trânsito -, FRANCISCO DELIBERADOR NETO, através da secretaria de Estado de Segurança Pública solicitando a Coordenação e Controle de Tráfego Urbano e instalação de, no mínimo, 03 (três) semáforos na cidade de Cianorte.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1983.

(a) DIRCEU MANFRINATO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao ilustríssimo senhor presidente do IAM - Instituto de Assistência ao Menor-, Romeu João Munaretto, através da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem Estar Social, solicitando o atendimento, através de alimentos, agasalhos, custeios de operações, reparação e aquisição de equipamentos, do Lar Infantil Allan Kardec, de Cianorte que presta assistência a 30 (trinta) menores.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1983.

(a) DIRCEU MANFRINATO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao ilustríssimo senhor diretor do DETRAN - Departamento de Trânsito, FRANCISCO DELIBERADOR NETO, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, solicitando a concessão de veículos para as cidades de Rondon, Cianorte e Cidade Gaúcha, pelo Fundo Especial de Reequipamento de Trânsito -Funrestran.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1983.

(a) DIRCEU MANFRINATO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao ilustríssimo senhor presidente da SANEPAR, FABIANO CAMPELO, através da Secretaria de Estado do Interior, solicitando atendimento referente a obras de Abastecimento de Água, na melhoria e expansão de redes e ligações para os sistemas de abastecimento das cidades de Cianorte e Terra Boa.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1983.

(a) DIRCEU MANFRINATO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER:

Que seja transcrito nos anais desta Casa o discurso proferido pelo senhor Nelson de Freitas Barbosa, por ocasião do ato comemorativo ao 60.º aniversário

da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá, dia 4 de outubro do corrente.

Que deste seja dado ciência ao mesmo e também ao atual presidente da referida entidade, senhor Antonio José Temporão.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1983.

(a) ERVIN BONKOSKI.

JUSTIFICATIVA:

No dia 4 de outubro corrente a Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá comemorou o 60.^o aniversário de fundação, havendo nesse período, colaborado preponderantemente para o desenvolvimento de Paranaguá e do Paraná. Todo o passado da Associação, a luta de seus idealizadores e de todos quanto labutaram e labutam pelo crescimento da entidade, pelo fortalecimento e representatividade do empresariado, foi muito bem evocada no discurso de Nelson de Freitas Barbosa, razão pela qual num preito de homenagem e gratidão aos empresários parnaguaras, apresentamos a solicitação, objetivo deste.

O SR. PRESIDENTE - (Werner Wanderer) - No

Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, o senhor deputado Edmar Luiz Costa.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Senhor Presidente, senhores deputados. (Lê):

"A Nação assistiu estarecida a invasão e o lacramento da sede do conselho seccional da OAB, de Brasília, atos determinados pelo comandante militar de Capital Federal.

O arbítrio praticado contra a entidade representativa dos advogados já foi objeto de pronunciamentos feitos ontem por diversos senhores deputados, com os quais estou inteiramente solidário.

É preciso, porém traçar o perfil de autoridade coatora

E que conseguiu fazê-lo de modo objetivo, claro e preciso, foi o jornalista Carlos Chagas, em matéria publicada na edição de ontem do jornal "O ESTADO DE SÃO PAULO".

Para que dos Anais desta Casa conste o texto da lavra do consagrado jornalista, peço venia aos senhores deputados para reproduzi-lo neste instante: (Lê).

"Não sabia o presidente João Figueiredo como estava sendo feliz no uso da imagem quando, no último 7 de setembro, durante o desfile militar realizado em Brasília pela comemorações da Independência, referiu-se ao general Newton de Oliveira e Cruz comparando-o a Mussolini, na ocasião, o presidente falava da postura marcial do comandante militar do Planalto, impávido sobre a sela, peito estufado, barriga encolhida e queixo erguido, enquanto assistia a passagem de seus comandados.

Feito executor das medidas de emergência, na semana passada, o ex-chefe da Agência Central do SNI acaba de demonstrar que o presidente, de quando em quando, acerta mesmo. Depois de fechar o distrito Federal com barreiras rodoviárias, de proibir reuniões em locais abertos e mais tarde, em recintos fechados, o militar não se deteve. Autorizou na madrugada de ontem, a invasão policial do edifício-sede da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Distrito Federal, para busca

e apreensão de fitas cassete relativas à reunião havida no fim de semana entre os dirigentes da classe. Não contente com a incursão noturna e encapuzada, porém, fez mais. No final da tarde, mandou policiais e camburões em cerco ao prédio, lacrando-o. Pela letra da lei utilizou-se do poder de que dispõe desde quarta-feira para intervir em entidades representativas de classe ou categorias profissionais". Não deixou por menos, ainda que, um pouco mais tarde, em entrevista à imprensa, acentuasse ter todo o episódio constituído um mal-entendido.

Estava determinando a desinterdição da OAB. Baseado em indícios e informações, julgara ter havido infringência às suas ordens. Depois, verificara o contrário. Declarou também que um clima de mal-estar e apreensão se formara na Capital Federal, inclusive por conta da imprensa, mas a ele cabia desfazê-lo, o que acontecia naquele momento.

Como dar o dito pelo não dito, ou melhor, o feito pelo não feito, ou o interditado, cercado e invadido pelo não invadido, ou não cercado ou não interditado? Nem no jardim da infância.

Uns poucos julgavam, ontem a noite, que o general Newton teria sido admoestado por seus superiores para que interrompesse a escalada. A maioria, porém, não era tão otimista. Lembrava-se de que faz parte da alta estratégia dos anos recentes dar dois passos à frente e um passo atrás. O despistamento, após a ação, integra os compêndios dedicados à arte e ao culto do regime estabelecido entre nós.

Será possível imaginar que nada tenha acontecido? Que o bravo comandante de porte e garbo inigualáveis não tenha dado ordens para nada do que aconteceu? Que tenha sido tudo invenção da imprensa, ou precipitação de um cabo corneteiro?

As emergências das quais o general é o executor, importa não esquecer, foram tomadas por conta de um possível cerceamento ao livre funcionamento do Poder Legislativo. O senador Moacir Dalla imaginou que não conteria as galerias parlamentares, cheias de senhoras com painéis, prestes a decretar a socialização dos meios de produção, e solicitou ao ministro da Justiça reforço policial. Aproveitando-se do ofício, o Palácio do Planalto resolveu caçar passarinho com bazuca. Baixou as emergências, que não necessitam de autorização do Congresso, deixando claro que o fazia "para garantir o Congresso". Pois bem. A votação se encerrou, entre o silêncio das galerias, comportadas como meninas do Colégio Sion, mas as emergências continuaram. E em escalada inexplicável, com barreiras nas estradas, proibições de reuniões em recintos abertos e fechados, a invasão noturna da OAB e, para culminar (será?), o cerco policial de ontem à tarde.

O que virá hoje é surpresa, mas, enquanto não vem, será bom aproveitar os momentos de liberdade de imprensa para conjecturar: de graça, essas coisas acontecem. O governo deu toda a força ao general Newton Cruz, certamente por conhecer seus pendores, qualidades, predicados e tendências. Se não determinou especificamente que agisse dessa forma, ao menos sabia, de antemão, como agiria. Porque incompetente o nosso duce tropical não é. Pelo contrário. Cada uma de suas ações é medida e pesada, sejam as anteriores, tomadas à sombra do SNI e abrangendo do desmatamento à distribuição da Publicidade oficial, sejam as atuais. Acreditar que tenha cometido tamanho erro de perspectiva a ponto de em poucas horas ericar os advogados no País inteiro, para depois escusar-se, é pueril."

(Assume a presidência, o senhor deputado Trajano Bastos).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao orador inscrito, senhor deputado Sabino Campos.

Antes, porém, a Mesa registra com satisfação as presenças, no plenário, dos deputados catarinenses Geová Marante, líder da Bancada do PMDB, em Santa Catarina, e do deputado Ademir Bertolini, deputado do PMDB, por Santa Catarina.

Com a palavra, o senhor deputado.

O SR. SABINO CAMPOS — Senhor presidente, senhores deputados. (Lê):

“O mundo atual mais parece um barril de pólvora prestes a explodir. É impressionante o número de conflitos, guerras, atentados e golpes que explodem nos diversos continentes. A África do Sul invade constantemente Moçambique. A Etiópia massacra a Eritreia. A Líbia invade Chade. Irã e Iraque guerreiam há cinco anos. Perto dali, no Líbano, continua mais um sangrento capítulo de um conflito que se arrasta há décadas. Os palestinos querem de volta suas terras. Israel e Síria partilham o Líbano. A União Soviética mantém a ocupação sobre o Afeganistão, interfere diretamente na Polônia e ajuda o Vietnã a manter sua dominação sobre o Camboja. Na América do Sul persiste a ocupação inglesa nas Ilhas Malvinas e as disputas entre a Argentina e Chile pelo Canal de Beagle. Na América Central se arrasta a cruenta guerra civil salvadorenha, e a Nicarágua se debate com os constantes atentados e ataques dos antisandinistas, armados e financiados por Honduras e pela CIA.

E agora, como se não bastasse tantos conflitos, mais uma região do mundo entra numa guerra aberta e declarada. No Caribe, os Estados Unidos em aliança com 6 países da região, invade a ilha de Granada. Dois mil fuzileiros navais norte-americanos, apoiados por um portentoso aparato militar, desembarcam num país de apenas 344 quilômetros quadrados e 110 mil habitantes. Granada, uma nação que já sofreu a dominação da Espanha, França e Inglaterra, e que há apenas 9 anos tinha conseguido sua independência.

A justificativa de Ronald Reagan é de que invadiu o país para salvar vidas, impedir o caos e restaurar a democracia. Este argumento é, no mínimo, uma ofensa à inteligência de todos nós. Só na cabeça de um guerreiro belicista como Reagan poderia passar a idéia de invadir um país e provocar uma guerra para salvar vidas e impedir o caos. É a famosa democracia das canhoneiras. Desde quando um país com um currículo tão negro como os Estados Unidos, com longa tradição da invasão e massacres, e que não hesita em apoiar ditadores como Pinochet e Ferdinando Marcos, pode vir falar em democracia.

Na verdade o que motiva a invasão de Granada, e a maioria dos conflitos mundiais, é a disputa comercial e territorial de duas nações belicosas, os Estados Unidos e União Soviética, que não vacilam em usar o recurso da força, da intervenção e da guerra para alimentar suas pretensões de domínio e de hegemonia mundial.

E essas disputas das superpotências nos levará a uma 3ª guerra mundial, caso os povos de todo o mundo não se pronunciem, lutem e impeçam que essas ações belicistas continuem impunes. As lições da 1ª e 2ª guerras mundiais continuam presentes e devem servir de exemplo para evitarmos uma nova catástrofe, que desta vez seria fatal para a humanidade, tamanho o número de armas e o potencial de destruição que as superpotências acumularam neste últimos anos.

Com essa preocupação solicito aos senhores deputados que aprovelem moção encaminhada à Mesa, a ser enviada ao Presidente da República e ao Ministro das Relações Exteriores, para que o Brasil condene firmemente mais esta agressão norte-americana e defenda o direito dos povos a sua

autodeterminação.”

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, senhor deputado Donato Gulin.

O SR. DONATO GULIN — Senhor presidente, senhores deputados.

Nós ocupamos a tribuna no dia de hoje, para fazermos um apelo, um apelo em nome da população de Curitiba; um apelo em nome de todos os curitibanos, aqueles que aqui nasceram, nesta terra, e aqueles que tiveram o privilégio de escolher Curitiba como a sua cidade de vida.

Nós queremos fazer um apelo ao senhor prefeito Maurício Fruet, homem de tino político, homem de urnas, como já foi comprovado durante toda a sua existência política, dentro da nossa cidade e de nosso Estado; homem que nós conhecemos e que tem sensibilidade; homem que sente os anseios e as aspirações do povo.

Nós queremos fazer um apelo, um apelo para que este político que comanda, hoje, os destinos da cidade e do município de Curitiba, para que, antes que seja mandada a mensagem de aumento do imposto predial territorial urbano, antes que seja mandada a mensagem do aumento das taxas de serviços públicos à Câmara Municipal de Curitiba, para ser votada, que espere, espere o resultado da votação do Congresso Nacional, do Decreto nº 2.064, ou outro que há de vir no lugar do mesmo, porque nós já sentimos que a população que aqui vive já está bastante preocupada com as notícias que são dadas através dos jornais, rádios e televisão, de que o aumento do imposto predial territorial urbano e das taxas de serviço seriam até da ordem de 300% e que a média, a taxa média seria acima de 100%.

Nós entendemos, senhor presidente, senhores deputados, que não é possível o trabalhador, — porque todos os que aqui moram nesta cidade são trabalhadores e dignos — o trabalhador terá, na sua maior amplitude, pelo que se vê, um aumento correspondente a 100% do INPC no seu salário.

Não é possível que este mesmo trabalhador seja, no mesmo momento, atingido com um aumento de impostos, aumento de taxas que correspondam a 50% ou mais dos vencimentos anteriores, quando aqui nesta Casa, nós ouvimos dos deputados de ambas as bancadas, virem criticar, virem dizer de que o poder aquisitivo do povo está cada vez diminuindo mais; de que o salário do trabalhador, hoje, não consegue mais comprar o que comprava no dia de ontem. Nós vemos, também, a perspectiva de, através do serviço público aumentada ainda mais essa impossibilidade do trabalhador de adquirir, pelo menos, a sua alimentação básica, e a alimentação básica para sua família.

É por isso, senhor presidente e senhores deputados, que nós queremos aqui encerrar, pedindo mais uma vez, ao senhor prefeito municipal, político que é e homem sensível, que não envie à Câmara Municipal uma mensagem de aumento de impostos e de taxas, antes de o Congresso Nacional definir qual será o aumento de vencimentos do trabalhador, e, após definido esse aumento do vencimento, que o aumento dos impostos e das taxas seja, no máximo, igual ao aumento do salário do trabalhador.

Era só, senhor presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao orador inscrito, senhor deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Senhor presidente, senhores

deputados. (Lê):

"A imprensa nacional divulga hoje, os detalhes de mais uma intervenção do imperialismo norte-americano no nosso Continente.

Quando em junho deste ano, ocupamos esta tribuna para falarmos a respeito de Nicarágua, finalizamos nosso pronunciamento com palavras que, acima de tudo, exprimiam nosso desejo, como de uma grande maioria dos povos latino-americanos, do direito de auto-determinação do povo nicaraguense.

Hoje, chaguemos a triste conclusão, que não é apenas o povo nicaraguense que necessita de nossa solidariedade e de nosso apoio. Isto porque o imperialismo norte-americano não satisfeito com suas intervenções na revolução libertadora de El Salvador e na construção de um novo país pela vitoriosa revolução sandinista na Nicarágua; lança hoje seus tentáculos sobre a República de Granada.

Desnecessário se faz que nos demoremos em relatar este fato histórico, pois a televisão e os jornais brasileiros ocuparam-se no dia de ontem e de hoje em colocar em nossos lares as estarrecedoras imagens de mais uma violação do direito de auto-determinação dos povos através da saga belicista de Ronald Reagan.

O que importa em um momento como este, é resgatarmos os fragmentos da história recente que nos relatam todas as atrocidades cometidas em nome da manutenção da paz pelas intervenções norte-americanas. Quem já esqueceu do Vietnã, quem já esqueceu das crianças queimadas pelas bombas de "Napalm"? Quem já esqueceu do golpe que derrubou Allende no Chile? E a República Dominicana, e Porto Rico?

Ainda esta semana, lendo uma matéria escrita pelo jornalista Francisco Hardy, este fazia troça dizendo que reprise de Truman, de Johnson não valia, queria o seu dinheiro de volta. O que seria muito cômico, se não fosse trágico. Talvez este seja apenas um sintoma de que a prática intervencionista norte-americana esteja virando rotina e por isso esteja virando piada.

Portanto, entendemos que cabe ao povo brasileiro, que sempre se posicionou em favor da paz, manifestar neste momento, todo seu repúdio ao intervencionismo norte-americano, e ao mesmo tempo se solidarizar com a pequena, mas valente e invadida, República de Granada."

Senhor presidente, senhores deputados.

O deputado Sabino Campos também se utilizou da tribuna na data de hoje, para abordar o mesmo assunto, e nós queremos, com esta nossa intervenção, simplesmente realçar a importância de que, a cada dia, se faz presente, para que nós Parlamentares, embora a nível de Assembléias Legislativas, portanto não diretamente ligados à política exterior do nosso Governo, tomemos as posições, assumamos as nossas convicções, pois, a luta pela paz não é uma luta isolada, não é uma tarefa melhor dizendo, exclusiva daqueles que se responsabilizam pela política exterior ou pelos nossos senadores, ou deputados federais, é uma tarefa de toda a população brasileira. A criação do Conselho de Defesa da Paz, iniciativa que no ano passado no Rio de Janeiro e em São Paulo contou com a adesão e hoje com a participação de toda a intelectualidade brasileira, é também uma necessidade aqui no Paraná.

Nós fazemos, através desta intervenção, o nosso apelo, a que, o Governo brasileiro abandone a sua tímida posição em relação ao episódio da intervenção de Granada, como os jornais de hoje nos transmitem, que, foi simplesmente, de preocupação. Não é o caso de um governo também vivendo a mesma situação de crise econômica, e irmão da América Latina, restrinja-se a se preocupar, é o caso de se firmar decisivamente, pela autopreservação dos povos,

autodeterminação dos povos.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) – Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, senhor deputado, Ervin Bonkoski.

O SR. ERVIN BONKOSKI – Senhor presidente, senhores deputados.

Ocupamos a tribuna hoje para associando-nos aos milhões de brasileiros sacrificados, manifestar total repúdio ao Decreto Lei 2.064 pelo que representa em termos de arrocho salarial e submissão a interesses externos de menosprezo ao Poder Legislativo. Enfim, pelo que representa de injustiça.

Em especial preocupa-nos — o malfadado decreto — quanto ao prejuízo que trará aos inativos, aos aposentados que nós sempre lutamos em favor dessa classe. E sabemos que, toda ela, uma classe trabalhadora, é de forma gravemente atingida. Mas os aposentados já possuem uma situação degradante em termos econômicos, porque percebe abaixo do salário mínimo, salário este que, sabemos todos nós, já é por si, só suficiente para a sobrevivência e digo mais, eu que conheço os aposentados e convivo com eles, não dá para sua sobrevivência muito menos para a família. Conheço aposentados que estão percebendo 15, 20 mil cruzeiros mensais, sem falar naqueles aposentados do Funrural, que ganham 50% do salário mínimo.

Mas, quero referir-me a este Decreto 2.064. O artigo nº 44 já está penalizando os aposentados e deverá penalizar ainda mais, pois ele acaba com a correspondência existente até agora entre os ganhos dos trabalhadores efetivos e dos aposentados. É mais grave ainda, os que menos ganham serão os mais atingidos, quer dizer: se com o pouco que ganham já está difícil, imaginem então com as reduções que virão. Como temos desenvolvido trabalho em favor, como já disse da classe dos inativos, dos pensionistas, não poderíamos deixar de fazer este registro. E vamos hipotecar junto à nossa bancada no Congresso, nosso apoio e mobilização como forma de colaborar no movimento de pressão junto ao Governo. Da mesma maneira, vamos enfatizar junto à nossa bancada a necessidade de rejeição do Decreto 2.064, como estamos fazendo.

Senhor presidente, senhores deputados, a classe mais injustiçada deste País, sem dúvida, é a classe dos aposentados, é a classe dos pensionistas e, sobretudo, daqueles que não têm pela sua situação vivencial de idade, não tem quem os defenda com honestidade de propósito, com rigor, exigindo justiça, pois todos são nossos irmãos, todos eles precisam do nosso apoio, do nosso trabalho e, sobretudo, procurando fazer com que não morram de inaninação. Porque, pelo que estão ganhando, não têm o suficiente para a sua sobrevivência própria e muito menos, é evidente, para sobrevivência de sua família.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) – Não havendo mais oradores no Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao nobre deputado Rubens Bueno, inscrito.

O SR. RUBENS BUENO – Senhor presidente, senhores deputados. (Lê):

"Subo a esta tribuna hoje, com o objetivo de trazer a público um sucinto levantamento da atual situação do setor trabalhista e salarial, bem como algumas soluções que se apresentam para contornar o problema.

Constitui princípio básico do Programa do PMDB, a idéia de que para se combater a inflação, não se torna

necessário levar a economia à recessão, comprimindo-se os salários e aumentando-se o desemprego. É extremamente grave a situação atual de desemprego e subemprego da força de trabalho no País, o que acarreta consequências nefastas no campo econômico e social, prejudicando milhares de famílias e ameaçando todos os trabalhadores.

O fato de que o desenvolvimento do capitalismo tende a absorver relativamente menos mão-de-obra, no decorrer do processo de industrialização, é uma consequência do desenrolar das forças produtivas. As inovações tecnológicas introduzidas no processo produtivo, absorvem cada vez menos mão de obra para operá-las. Os efeitos desse processo, a longo prazo, é a criação de grande contingente de trabalhadores desvinculados, motivando um empobrecimento relativo das camadas de população menos qualificada, que sempre são as primeiras a sentir qualquer transtorno no processo de industrialização.

Até meados de 1950, o crescimento de emprego foi satisfatório, ao menos nas atividades urbanas e industriais. Porém aí a economia começou a dar indícios de não ser capaz de absorver todos os trabalhadores na mesma proporção em que eram expulsos do campo, tendo como grave consequência, a diminuição da oferta de emprego. Já naquela época o problema do êxodo rural se fazia sentir, não havendo condições de se ofertar emprego ao contingente migratório, em atividades urbanas. Com o vigoroso crescimento capitalista entre 1956 e 1975, o País diferenciou-se totalmente, criando-se zonas de alta industrialização, enquanto havia outras de elevados índices de pobreza absoluta. ao crescimento

Nesse ano, o tipo de expansão, devido ao crescente endividamento das empresas, da família e do Estado, entrou em colapso, colocando em xeque-mate o crescimento industrial, lançando a maioria do povo em uma crise social de grandes proporções. Esta crise, resultado de uma política econômica dominada por grandes interesses, veio acentuar as vicissitudes que se faziam sentir, incidindo principalmente nas ofertas de emprego, nos salários, e consequentemente na qualidade de vida da população.

Sobre a atual situação, ao fazer uma preleção na Escola Superior de Guerra, no dia 03 de agosto passado, o Ministro do Trabalho, Murilo Macedo denominou a crise de emprego como um problema de dramáticas dimensões econômicas, políticas e até psicológicas. Segundo o ministro, existem no Brasil cerca de 3 milhões de desempregados, cifra que em 1984 deve atingir 4,5 milhões, pagando o conjunto da sociedade de cerca de 27 trilhões anuais por essa massa de trabalhadores desempregados do processo produtivo.

O salário mínimo, que constitui campo de ação direta do Estado, garantindo um mínimo de contraprestação ao trabalhador pelo seu trabalho, permitindo-lhe um padrão de vida em que sejam atendidas as necessidades de alimentação, transporte, educação, habitação e saúde, a partir de 1964 tem vindo sistematicamente a ser diminuído. Atualmente situa-se aproximadamente 40% do vigente durante os inícios de 60. Ora, tal estado de coisas tornou-se um grave problema para os trabalhadores não qualificados e suas famílias, que se viram desse modo prejudicados por essa redistribuição perversa de massa salarial.

Isto significa, e de ninguém é desconhecido, que o poder de compra está se reduzindo de dia para dia. Frente às atuais taxas de inflação, o reajuste semestral dos salários não está mais mostrando-se suficiente para manter o valor real dos salários. Porém, como se não bastasse este quadro dramático que todos sentimos na pele diariamente, alheio à problemática situação de milhares de trabalhadores, o governo vai editando Decretos, introduzindo modificações recessivas no já exíguo quadro do sistema salarial atual.

A economia brasileira está em seu 3.^o ano de recessão progressiva. As empresas dispensam seus empregados reduzem suas compras, pagam menos impostos, e enquanto isso os índices de desemprego aumentam e a produção vai-se reduzindo. Nessa fase a redução salarial só irá aprofundar a presente recessão; se agora a indústria está contraindo sua produção, depois, os reduzidos investimentos produtivos que ainda estão programados serão cancelados ameaçado ainda mais a crise social.

No Paraná, estas profundas modificações experimentadas pelo sistema econômico, refletem-se na qualidade de vida da população, determinando deteriorações em muitos e primordiais aspectos.

Especificamente na área de oferta de empregos, o problema atinge números assustadores, os pequenos proprietários, e não os proprietários em regime de colono ou de arrendamento, não tem condições de participar da modernização da lavoura ou se manter no campo, engrossando deste modo os contingentes de mão-de-obra assalariada itinerante. O número de pessoas empregadas em atividades urbanas duplicou, de 1970 para 1980, crescimento esse devido à concentração da terra e do capital na área rural, e às atividades modernas e dinâmicas da indústria e do setor terciário.

Mas nem mais estes dois setores estão criando a necessária quantidade de empregos, e os empregos que existem são mal remunerados.

A crise na construção civil vem dar sua contribuição à crise geral em que nos encontramos, não estando atualmente ofertando mais colocações.

Convivemos diariamente com a imagem de centenas de trabalhadores desempregados, formando filas à porta de firmas que oferecem meia dúzia de vagas em seus quadros, na esperança de verem atendidas as suas necessidades básicas para sua sobrevivência, e de sua família.

No campo ou na cidade a oferta de emprego se deteriora mais, sem que o processo dê indícios de reversão.

AS SOLUÇÕES

Diante deste quadro que tive a oportunidade de relatar, faz-se primordialmente uma política de emprego e salários claramente defendida. As providências a serem tomadas, já formuladas e que constituem Plano de Ação do PMDB, são as únicas viáveis diante da atual situação, e cabe ao governo Federal estabelecê-las não desmerecendo a opinião dos Estados e de todos os cidadãos brasileiros diante do problema.

Torna-se imperiosa a retomada do crescimento do emprego, embora tenham a preocupação de analisar o problema sobre os aspectos global e específico. Enquanto sob o aspecto global, que se verifica a longo prazo, serão minorados problemas estruturais sob o aspecto específico, a curto prazo, serão modificadas

políticas conjunturais, de configuração anti-recessiva.

Porém, a política de emprego está definitivamente amarrada à política econômica. Torna-se premente a aplicação de um programa de gastos públicos em setores absorvedores de mão-de-obra, definindo-se medidas legais que coíbam a sua rotatividade, garantindo-se a estabilidade no emprego.

Deve-se destinar um volume significativo para os setores primordiais de caráter social, setor de saúde, habitação, alimentação, transporte, etc, que podem efetuar um importante papel na redução do problema.

Outro ponto a considerar, seria a fiscalização e regulação das condições de trabalho, inclusive com a participação de delegados de sindicatos, presentes nos locais de atuação dos trabalhadores e eles vinculados. Nesse particular, é indispensável o desvinculamento da tutela do Estado sobre as organizações sindicais, tornando-se estes verdadeiros baluartes em defesa dos autênticos interesses dos trabalhadores.

Também a elevação real da base salarial, através do aumento de um salário mínimo que expresse um verdadeiro poder de compra, torna-se inadiável. Com relação aos reajustes, a evidencia demonstra que deve haver uma periodicidade menor que a semestralidade, isto é, sempre que o poder aquisitivo se tornar inferior, face à desvalorização da moeda.

Toda esta gama de propostas são plenamente aplicáveis a nível nacional e, por conseguinte, estadual no plano de minoração do desemprego, principalmente urbano, no entanto, o nosso Estado por se constituir em Estado eminentemente agrícola, tem certas peculiaridades sobre as quais devemos estender nossa atenção, no objetivo de minorar as atuais circunstâncias de desemprego e abandono do setor agrícola.

Assim, constitui Plano de Ação do Governo do Estado a difusão de tecnologias de produção apropriadas às características econômicas e sociais do Estado, bem como extensão dos mecanismos de apoio creditício e financeiro também ao pequeno e médios agricultores, o que a curto prazo diminuirá a corrente migratória campo-cidade. Também será desenvolvido um programa de assistência técnica e de pesquisa para o pequeno proprietário rural; neste sentido o incentivo à criação de cooperativas agrícolas será consequência desse programa."

Eram estas senhor presidente, senhores deputados, as considerações que gostaria de apresentar a esta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - No horário destinado às lideranças, do PMDB concedo a palavra ao senhor deputado Ervin Bonkoski, por dez minutos.

O SR. ERVIN BOKOSKI. - Senhor Presidente, senhores deputados. (Lê):

"No dia 4 deste mês de outubro a Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá comemorou o seu sexagésimo aniversário de fundação, sem dúvida um marco significativo não somente pelo tempo mas principalmente pelo trabalho desenvolvido ao longo desses anos.

Fundada em 1923, numa época em que o mundo atravessava um período difícil, a Associação Comercial passou por todos os ciclos econômicos do Paraná e participa ainda hoje, ativamente, do desenvolvimento

de nosso Estado, como eloquente prova da fibra do empresariado parnanguara iluminado pelo exemplo e denodo dos fundadores da entidade.

A luta daqueles homens de invejável tẽmprea que há 60 anos lançaram tão fértil semente; a luta de todos os que conseguiram e o trabalho dos dirigentes atuais, foram brilhantemente convocados no discurso que fez o senhor Nelson de Freiras Barbosa, um dos ex-presidentes da associação, por ocasião da reunião que comemorou o sexagésimo aniversário. Por isso, em requerimento hoje estou apresentando à consideração desta Casa, peço que seja o referido pronunciamento transcrito nos Anais da Assembléia Legislativa.

É a nossa homenagem à Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá; é a nossa homenagem e nosso preito de gratidão aos empresários de Paranaguá, força viva de luta comum de todos nós para o desenvolvimento do nosso Estado, para fortalecimento e representatividade do empresariado, e para o bem estar do povo paranaense."

A seguir, quero abordar, senhor presidente, e senhores deputados, pronunciamento do deputado Mário Pereira. (Lê):

"Pude com muita atenção ouvir o pronunciamento do companheiro deputado Mário Pereira no Grande Expediente da última 2.ª feira, levantando um problema que julgo ser do mais alto interesse da coletividade: O ESPORTE EM FAVOR DOS MENORESCARENTES.

O assunto é muito profundo, tanto é verdade que até o Governo Federal, dentre tantos, também resolveu olhar com mais carinho os benefícios que o esporte pode trazer em prol de nossa sociedade. É realizado em Brasília em ciclo de debates por intermédio da Comissão de Esportes e Turismo, constituída na Câmara dos deputados, que visa solucionar importantes aspectos, dentre os quais maiores recursos à juventude estudantil.

Mas não é apenas para congratular com o colega parlamentar Mário Pereira que venho a tribuna nesta oportunidade. E como sua excelência abordou uma questão de fundamental importância, onde sua preocupação também é nossa, e acredito que de todos os companheiros desta Casa, evidentemente é propícia a ocasião para que voltemos a um assunto já aqui debatido tantas vezes, mas que infelizmente até os dias de hoje não foi resolvido.

Peço licença para retomar ao famigerado Estádio "PINHEIRÃO" nunca com intuito de polemizar e causar debates e discussões como das vezes anteriores, pois isso não trará nenhuma solução aos anseios de tantos desportistas que ainda crẽem na realização daquela abandonada obra.

E se pedi vênia para tocar na palavra "PINHEIRÃO" é porque o faço fundado em amplas razões e justificativas que possam auxiliar o Governo do Estado, fazendo com que fique motivado o assunto com a liderança, pois somente a força governamental terá efetivas condições de realizá-lo. E sem as normais preocupações que geram discussões e infrutíferos debates. Como disse não vou entrar em méritos que causem sensacionalismo momentâneo e fique tudo como está.

Sei apenas que o "PINHEIRÃO" poderá tornar-se um núcleo esportivo grandioso, tão necessário, que beneficiará por demais nossos jovens estudantes se for realmente concretizado, coadunando-se perfeitamente com os ideais expostos pelo deputado Mário Pereira. E não custa nada mais fazer essa comparação, pois assim estaremos

somando esforços dentro das mesmas aspirações..

O término do sonhado estádio poderá ser transformado num grandioso complexo esportivo, carreando melhores condições às nossas entidade amadoras que tanto sofrem pela falta de recursos para desenvolver suas atividades. E digo isso pelo fato de já haver dirigido a Federação Paranaense de Basquete-bol, conhecendo a fundo essas dificuldades.

Na edição de setembro último é estampada matéria a respeito do "PINHEIRÃO" no jornal dos Municípios", numa série de artigos da responsabilidade do antigo homem do rádio-esportivo paranaense, senhor Ernesto Costa de Souza, autor de um plano para conclusão daquela obra, uma contribuição ao governo e à juventude estudantil.

É solicitada uma audiência ao excelentíssimo senhor doutor Fernando Ghignone, secretário da Cultura e do Esporte, a fim de poder apresentar seu trabalho, luta de tantos anos, até agora sem ressonâncias pelos órgãos públicos.

Senhor presidente e senhores deputados, desejo reiterar aqui o apelo feito no "Jornal dos Municípios" para uma acurada atenção ao expediente que foi protocolado naquela pasta em data de 4 do corrente mês, sob n.º 01271.

Sem comentar, sem discutir, sem debater aqui o problema, já que não irá resolver, pede-se ser cientificado o secretário Fernando Ghignone com o envio de cópia deste pronunciamento.

Talvez resida nisto, a solução almejada por milhares de paranaenses na concretização (mesmo) do "PINHEIRÃO", indo de encontro com todas aquelas proposições e todas aquelas participações contextuais que foram apresentadas aqui na última segunda-feira, pelo deputado Mário Pereira.

Nós cremos, que com esforço e sobretudo com raciocínio inteligente, desapassionado e sem onerar o erário público, mas com a boa vontade, com a participação e com a liderança, alcançaremos a execução daquele plano e especialmente através da obra do Pinheirão.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao senhor deputado Osvaldo Alencar Furtado, inscrito.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Senhor presidente, senhores deputados.

A matéria Jornal "O Estado do Paraná", de hoje diz que o presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, senhor Mauro da Silva Reis, anuncia o provável rompimento do convênio do IBDF com o ITC. Rompimento este que seria um desastre para o Paraná. Paraná já devastado; Paraná já depredado; Paraná tão necessitado de maior apoio na defesa do meio ambiente; Paraná necessitado de apoio federal, para recompor as suas florestas.

O cancelamento deste convênio do IBDF com o ITC, seria uma catástrofe ou uma hecatombe para o meio ambiente paranaense. E à frente, o general Alcindo Pereira afirma termos criado o Conselho Estadual do Meio Ambiente. Mas, para repor a verdade, o Conselho Estadual do Meio Ambiente, não foi criado; o Conselho Estadual do Meio ambiente tem sido discutido, debatido com os múltiplos segmentos da sociedade paranaense, todas às segundas-feiras, às 17 horas nesta Assembléia Legislativa. E, como presidente

da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, devo repor esta verdade, para que o povo do Paraná tenha conhecimento real dos fatos da Associação Paranaense de Reflorestadores e muitos outros como o presidente da Associação Paranaense de Engenheiros Florestais.

Foi uma decisão democrática tomada por plenária quando os empresários perderam por 20 votos a 12; por conseguinte, realmente não participarão, mas não foi uma decisão do Estado, foi uma decisão tomada por segmentos da sociedade que entendem que os empresários depedram, que exploraram a natureza, e só obtiveram lucro e nada deixaram para o povo do Paraná de hoje, e muito menos deixarão para o Paraná de amanhã.

O que pretende, através deste Conselho, não é um sonho como diz o General Alcindo, porque a vida aí está para ser preservada e ser vivida; a vida foi feita para vivermos com dignidade e com beleza e não a teremos se não preservarmos as nossas metas, se não preservamos a nossa natureza, se não lutarmos pela preservação dos peixes e das aves, nós não poderemos ter o Paraná bonito e cantado e decantado pelos poetas do Brasil inteiro.

O Conselho não vai ser um sonho, vai ser uma realidade!

E mais que realidade será uma permanente exigência para que se cumpra a legislação existente, pois esta não se cumpre neste Paraná. O Noroeste aí está; 3,8% de cobertura florestal existente, apenas na região Noroeste, 5% apenas na região Sudoeste do Paraná; é uma Paraná de 62%, com menos de 20% de cobertura florestal.

É para isso que estamos trabalhando, para que o Paraná recomponha as suas metas, as suas florestas, para que a gralha azul voe de novo sobre o Paraná, sob os céus do Paraná e reponha de novo os pinheirais que fizeram a fortuna e a riqueza de muitos empresários paranaenses...

O Sr. Gilberto Carvalho: Vossa excelência permite um aparte?

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO: - Com prazer, só solicitaria que fosse breve, dado a exigüidade do tempo que me é concedido.

O Sr. Gilberto Carvalho - Estou acompanhando o pronunciamento de vossa excelência tem com o meio ambiente, mas tenho conhecimento de que na constituição deste conselho, tem Associações que não estão devidamente organizadas, ou associações onde não existem estatutos, que foram preparados na hora, para ganhar a disputa nas eleições feitas.

É preciso que vossa excelência, como presidente da Comissão do Meio Ambiente, que verifique, para que se tome uma providência para que se possa dar o devido atendimento que o Paraná necessita, acho que não é justo que apareçam representantes de associações inexistentes de outros devidamente constituídos.

Gostaria que vossa excelência pudesse, em outra oportunidade, para não tomar o seu tempo, dar a relação dessas vinte representações que disputam a eleição do Conselho do Meio Ambiente.

Muito Obrigado.

O SR. ALENCAR FURTADO: - Pois não! Eu tenho em mãos, inclusive, a relação de todos os que votaram nesta reunião. poderei fornecer posteriormente, a relação, mas gostaria de dizer também ao ilustre deputado, neste Paraná e no

Brasil quem realmente tem lutado pela Ecologia e Meio Ambiente, não têm sido os empresários nem os madeireiros; tem sido exatamente estas sociedades que não têm o registro legal, mas têm o registro da luta permanente em defesa do meio ambiente.

Nós temos aí, o exemplo de Sete Quedas, quem foi que fez este movimento, pela defesa da beleza que o governo federal matou no Paraná?

Uma beleza que a natureza criou através de séculos e séculos de vivência da terra, e o governo acabou com Sete Quedas a canetada, construindo Itaipu, e foi o movimento "Sete Quedas Viverá", que não tem associação legal, não tem registro em cartório, mas tem registro na frente do povo e na frente do Paraná em defesa da beleza deste Estado.

Este pessoal votou por determinação e por decisão e não foi votado na hora, por ter sido na 13.^a reunião onde se discutia a criação deste Conselho, que nós chegamos à aprovação.

Então, foi uma decisão amadurecida, discutida e debatida e que se situou como decisão de todos os segmentos da sociedade; todos os segmentos da sociedade, mesmo que não tenham existência de direito, mas tenham existência de fato, através de trabalho reconhecido pela comunidade, tinham direito a voto!

E foi assim que se processou, porque são poucas as entidades realmente registradas, bonitinhas e certinhas, agora as entidades que realmente trabalham em defesa do meio ambiente, registrados são poucos, mas existem grupos dos montanhistas que também não têm registro, mas fazem praticamente a defesa do Marumbi, que também, como o general Alcindo Pereira que desejamos ver preservados, ser defendido e, não é só o Parque do Marumbi que precisa ser defendido como diz o general Alcindo Pereira e, diz ele textualmente: "Isso é utópico, é um sonho. O Parque do Marumbi é que deve, por exemplo, ser preservado, o resto tem que ser explorado através do manejo das florestas que têm que dar lucro.

A nossa preocupação é diferente, não é a preocupação com lucro, mas com a qualidade de vida.

É a grande preocupação da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, que o povo do Paraná, realmente, leve à posteridade, um Paraná bonito e preservado, onde realmente sejam as matas respeitadas, porque a mata é vida, como é a nossa própria vida. Na hora em que não existir mais mata, neste Paraná, nós também deixaremos de existir.

A Comissão de Ecologia tem trabalhado com os segmentos da sociedade, porque infelizmente os deputados que a compõe não têm comparecido em sua maioria. Então, nós convocamos os múltiplos segmentos sociais que se fazem representar em média de trinta organizações, em cada reunião de início de semana.

Esta é uma decisão comunitária; esta é uma decisão da criação do Conselho Estadual do Meio Ambiente. É mais uma decisão comunitária do que uma decisão da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Paraná.

É uma promessa que cumprimos quando fomos às ruas e dissemos ao povo que só apresentaremos projetos de lei depois de ouvirmos os segmentos sociais. É o que estamos fazendo.

E faço um apelo final: de que a comunidade paranaense fique alerta para que o convênio entre o IBDF e o ITC não seja rompido, porque o Paraná precisa de apoio e não de desestímulo.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Consulto a liderança do PMDB se fará uso do horário que lhe resta.

Havendo declinado, consulto a liderança do PDS se fará uso do horário que lhe é destinado.

Com a palavra o senhor deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Senhor presidente, senhores deputados.

Diz o adágio popular: "Quem cuida da casa do vizinho, não pode cuidar da sua".

É o que acontece com a ilustre bancada do PMDB, por intermédio do seu líder, que ontem em prosa e verso fez o maior libelo numa história de acusações, de "dedo-durismo" sobre um governo passado honesto. Ao invés de o líder da Maioria desta Casa, solicitar ao seu patrão que não importe diretores para o BANESTADO de outras plagas. Quantos paranaenses marginalizados que muitas vezes necessitam de dar uma parcela de seu talento, de seu tirocínio comercial para este complexo bancário que é o BANESTADO.

Ao invés de darem "caça às bruxas"; ao invés de fazerem falsos relatórios dizendo que o BANESTADO está no "vermelho", quando se fecham, senhores deputados, onze regionais do BANESTADO com efeito retroativo, para desmoralizar as pequenas empresas, onde está a voz do PMDB, para pelo menos observar, para pelo menos pleitear com o seu poderoso chefe que não se fechem, que não se volte atrás.

Jacarezinho, uma região importante, Cornélio Procopio, uma região importante, representada por quantos deputados da situação e todo mundo se calou. Faz-me lembrar que "onde o dinheiro canta, a justiça cala". Calaram-se. Onde estão as vozes dos falsos messias com o falso messianismo a querer endireitar o mundo e ser o professor de Deus? Onde está o líder do PMDB que não vai ao seu todo-poderoso onipotente patrão exigir que não se fechem as regionais para que as pequenas empresas, principalmente o pequeno comércio possa ter acesso aos bancos. Hoje, ao invés de onze regiões que foram lacradas por falta de competência, talvez, não sei de quem porque os homens do Paraná já não servem para serem diretores do BANESTADO; precisamos importar, senhor presidente, precisamos importar, senhor líder da bancada do PMDB, homens de fora. Se vossa excelência — embora ausente — queira o nome dos homens e seu domicílio, nós traremos, porque ao invés de procurarmos achincalhar homens honrados só pelo simples fato de pertencerem a outro partido; de pertencerem ao partido que nós temos a honra de pertencer. Borracha, lápis, caderno, senhor presidente e nobres deputados, não é o que faz nem rico, nem pobre; borracha, lápis e caderno, foram distribuídos por nós e por elementos do PMDB para levar lenitivo para as pessoas carentes. Ontem mesmo, senhor presidente, ou anteontem, vieram três bandeiras para esta Assembléia, da FUNDEPAR; será que isso é crime? Ou será que estamos com os ouvidos moucos e com os olhos tapados e não sabemos o que acontece? Será que é crime a FUNDEPAR destinar três bandeiras para a Assembléia Legislativa? Ou os deputados e a Comissão Executiva são corruptos por isso? Onde está a mentalidade dessa gente que, ao invés de procurar fazer e aprimorar uma infra-estrutura para o Paraná, embora a crise esteja aí campeando, mas com dinheiro qualquer um administra.

Eu quero ver um administrador que tenha o tirocínio de administrar, em crise, na época em que atravessamos. O BANESTADO sempre foi orgulho depois que Ney Braga assumiu o primeiro governo do Paraná. Foi e será um conglomerado bancário inatacável. Ney Braga, dentro do seu tirocínio administrativo, tirou o BANESTADO do caos e o projetou e continua projetando. Os malabaristas químicos dizem que está no vermelho. Vermelho estamos todos nós; vermelho está o petróleo; vermelho está a falta de tirocínio, a falta de hombridade, talvez, nossa e dos que estão hoje no governo, de reclamar ao onipotente doutor José Richa que aproveite o potencial humano paranaense; que deixe de importar, esdruxulamente, homens que não têm a mesma competência dos nossos paranaenses; que deixe de importar, que cesse, que bote os comunas nos seus devidos lugares, mas que não tenha medo de dar prestígio a seus companheiros; os seus companheiros paranaenses com sua vocação paranista. Pergunto, senhor presidente, pergunto, senhores deputados, qual foi a voz que se levantou? Qual foi a voz que veio àquela tribuna, para dizer da conveniência do fechamento de onze regionais do Paraná? Qual foi a voz que se levantou em benefício do pequeno, em benefício do pequeno comerciante que para fazer uma operação bancária tem necessidade, agora, de vir a Londrina, a Cascavel, ou, talvez, a São Paulo, que foram as únicas agências que sobraram no vendaval; as únicas agências regionais que sobraram no vendaval, senhor presidente, É uma falta de competência, é a falta de tirocínio de um presidente do Banco que também foi importado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Vossa excelência permite um aparte? (Assentimento).

Senhor deputado Gabriel Manoel, vossa excelência como de hábito, traz à Casa, um assunto de grande interesse popular e focaliza, no dia de hoje, o Banco do Estado do Paraná.

Sem querer interromper o raciocínio de vossa excelência sobre esta matéria, eu gostaria de deixar mais um argumento para o pronunciamento de vossa excelência.

Não faz muito tempo, nós levantamos neste plenário, a ameaça clara, e que não foi desmentida, do Banco do Estado do Paraná, pela sua diretoria, ameaça de tirar do seu estatuto, a prerrogativa da escolha, indicação, eleição, ou seja lá o que for, de um funcionário do Banco do Estado, de carreira, para compor a diretoria de nossa instituição bancária oficial do Estado.

Recebemos, naquela oportunidade, algumas explicações que não explicaram nada, mas, ao mesmo tempo, Parlamentares desta Casa e de setores do governo do Estado, pretenderam desmentir a nossa informação, de que haveria a supressão daquele dispositivo do Estatuto do Banco do Estado do Paraná.

Pois bem, meu caro deputado Gabriel Manoel. São passadas várias semanas, e a Assembléia Geral que o Banco do Estado fez, depois da pressão exercida, aqui, nesta Casa, da pressão exercida pelo Sindicato dos Bancários de Curitiba, da pressão exercida por setores representativos dos funcionários do BANESTADO, a Assembléia não suprimiu, efetivamente, o artigo do Estatuto que dá ao funcionário o direito de se fazer representar na Diretoria do Banco, através de um de seus companheiros de trabalho.

Mas, eu pergunto a vossa excelência — e se me permite — eu estendo a pergunta ao líder do governo, nesta Casa:

— Qual é o funcionário do BANESTADO que

compõe a Diretoria do Banco, no dia de hoje? Qual é o funcionário?

Pergunto mais:

— Houve respeito ao Estatuto que o Banco quis mudar e que não mudou, face às pressões?

O Estatuto continua a ser desrespeitado, e eu ouvia vossa excelência denunciar da tribuna, que o BANESTADO está importando gente de fora para seu quadro administrativo, num desrespeito ao seu quadro de funcionários que, aqui no Paraná, vem trabalhando. É gente de Brasília que está vindo para cá, senhor deputado Gabriel Manoel, sem nenhuma vivência com o Paraná, enquanto que os funcionários do Banco do Estado estão desprezados pelo governo José Richa, são desprezados pela administração do Banco, estão sendo desprezados e pisoteados pelo secretário das Finanças, o senhor Erasmo Garanhão.

Porisso, quando vossa excelência aborda o problema do Banco do Estado do Paraná, eu sei que vossa excelência o faz com muito sentimento, como homem do Paraná, como homem que visita a última água da sua região, que sabe que o BANESTADO ajudou muito este Estado.

Mas, os meteóricos brasileiros que ignoram a nossa realidade, esses não conhecem nada do Paraná. Aliás, em matéria de importação, o senhor José Richa é um especialista. Até parece que ele nem foi eleito pelo povo do Paraná.

O SR. GABRIEL MANOEL — Senhor deputado Ailton Cordeiro, agradeço a vossa excelência.

O SR. NILSO SGUAREZI — Vossa excelência concede-me um aparte, já que foi-me endereçada uma pergunta?

O SR. GABRIEL MANOEL — Logo após eu darei o aparte, como vossa excelência deu-me ontem. Após eu responder o deputado Ailton Cordeiro. Vossa excelência veio ilustrar perfeitamente o pensamento e o consenso da grande massa paranista que votou no todo poderoso da democracia participativa, onde o Paraná brilharia como uma estrela de primeira grandeza, onde, senhor deputado Ailton Cordeiro, os homens que tivessem potencialidade administrativa dentro do próprio órgão do Banco do Estado, seriam aproveitados, sem cor ou raça partidária. O que vemos? O que vemos, infelizmente, pobre Paraná — pobre Paraná — senhor deputado Ailton Cordeiro, porque precisam fechar o Banco Del Paraguai, mas eles não sabem que a Carta Patente do Banco Del Paraguai, ou sabem e não querem saber, que poderá ser vendida, em dólares, que traria um lucro enorme para o Banco, que traria um lucro enorme! Agora, ao invés disso, os derrotistas que estão dirimindo e dirigindo os destinos do Banco do Estado, ficam fazendo o derrotismo, ficam espalhando que o Banco está quebrado, para amedrontarem os clientes, para amedrontarem os acionistas, trazendo prejuízos que, todo mundo sabe, quando se espalha uma mentira, o povo fica com medo, o povo retira os seus depósitos, o povo não compra mais ações, e a derrocada está aí, quando se fecha, senhor deputado Ailton Cordeiro, quando se fecha, senhor presidente, onze regionais, isto, é sinal de fracasso, e fracassado é aquele que se dá por vencido, antes de começar a luta, já dizia Ruy Barbosa. Não começaram a lutar, nem os buracos, com pedregulhos não taparam, nos asfaltos, nada fizeram, a não ser caluniar, espezinhar e tripudiar.

Nada mais foi feito por este Governo, a não ser caluniar, tripudiar e procurar manchar a honra de elementos ...

O SR. AIRTON CORDEIRO — E mentir, senhor deputado. E mentir.

O SR. GABRIEL MANOEL — Perfeitamente. Eu não quero chegar a tanto, mas a verdade é esta.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Senhor deputado Gabriel Manoel, aqui na entrada do plenário desta Casa tem um cartaz certamente patrocinado pelo Governo do Paraná, falando nos reajustes semestrais, nos 13.^o(s) salários, promessas que o governo está cumprindo; eu pergunto: onde é que está o reajuste semestral? Pergunto mais, à presidência da Casa: onde é que está o projeto de lei, de nossa autoria, em regime de urgência, regime de urgência já vencido, senhor deputado Gabriel Manoel, que não veio ainda para a Ordem do Dia? Este sim, tratando do reajuste semestral. Mas não há reajuste semestral, com 35% de aumento, a partir de 1.^o de julho, muito abaixo do índice da inflação. Então, este governo também institucionalizou a mentira, lamentavelmente. Aliás, quando se fez aquela eleição “fajuta”, senhor deputado Gabriel Manoel, para as eleições das escolas públicas do Paraná, o governo gastou milhões de cruzeiros numa campanha publicitária — milhões de cruzeiros numa campanha publicitária que poderia simplesmente ser feita, através de uma comunicação, do aluno, a seus pais, para que fossem votar, no dia daquela falsa eleição. E ele escreveu: “Democracia, a palavra que se voltou a escrever no Paraná”. Eu peguei a propaganda, conversava com um grupo de pessoas, e emendava: “Demagogia, a palavra novamente se voltou a escrever no Paraná”.

O SR. GABRIEL MANOEL — Continuando, se meu líder me desse mais dez minutos, eu queria apenas completar meu raciocínio.

Senhor deputado Airton Cordeiro, “a verdade e a justiça tardam, mas não faltam”. Eu faço uma pergunta a todos os nobres deputados que percorrem o “interland” paranaense: todas as obras — e se for mentira eu quero ser desmentido neste plenário — todas as obras que estão sendo inauguradas e a serem inauguradas em curto prazo, são obras feitas pelo Governo Ney Braga. Lá, em Joaquim Távora e na minha região, temos Estação Rodoviária que está sendo inaugurada agora, feita justamente, pelo governo passado, que é atacado desta tribuna, pelo ilustre líder do PMDB. O governo passado não fez mais que a obrigação, mas se não me falha a memória, diz também o adágio popular “cada brasileiro, que cumpra com a sua obrigação” e até agora, parece que uma grande parcela do PMDB tem a única obrigação de perseguir, de execrar, de massacrar. Senhor deputado Airton Cordeiro, vossa excelência orientou-me sobre o problema do BANESTADO e nós queríamos uma resposta, mas não resposta evasiva como deu ontem, o ilustre deputado, amigo líder do PMDB. Resposta em que procura achincalhar a honra de homens de tradição paranaense, de homens que em seus antepassados deram o sangue pelo Paraná e por sua gente. De homens que, honradamente, passaram quantos e quantos lustros pelo governo e por cargos importantes, no Paraná e no Brasil e nunca tivemos a desonra de vermos maculado

o nome desses homens. Só ontem, tivemos o dissabor do líder do PMDB, na euforia de tripudiar, na euforia de aparecer, de empanar, que nada estão fazendo. Na euforia dos homens que não têm mensagem, na euforia dos homens que nada fizeram para o Paraná, a não ser irem a palanques e dizer que num passo de mágica, o Paraná, o Paraná havia de ter uma democracia participativa.

Dizia eu, no começo de minha explanação, “se eles não cuidam de sua casa, como podem cuidar da casa do vizinho”? Se eles não olham pelo que é seu, se eles não conseguem acertar a sua vida política porque estão incompatíveis como a água e o azeite — não se ajuntam, porque não é possível tanta filosofia diferente em um só partido. E nós, os homens do PDS, para honra nossa, para a honra desse caboclo que veio do interior, com cabelos encanecidos, mas, que têm, a virtude e a satisfação de ter em nossos companheiros a fidelidade, a honestidade, a hombridade e um só pensamento dos meus companheiros da bancada do meu partido.

Nós agradecemos, senhor presidente, estou feliz, senhores deputados, porque vemos o povo arrependido, vemos o povo e nós dizemos que “errar é humano e perdoar é divino”. Pedimos a Jesus que perdoe quem errou e pedimos à bancada do PMDB, esta ilustre bancada que também tem homens de garra, que digam ao “todo-poderoso” — José Richa — que derive mais um pouco para a infra-estrutura paranaense, 300%, senhor deputado Airton Cordeiro, com correção monetária para os pobres dos proprietários de casa, 300%, deputado Airton Cordeiro, vossa excelência que foi vereador nessa Capital. Se fora, governo do PDS, talvez, hoje, estivesse fazendo um estardalhaço com passeatas.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Senhor deputado Gabriel Manoel, 300% e mais correção monetária. Inovação no IPTU em Curitiba! Inovação! Correção monetária mensal — no imposto para o munícipe curitibano a partir do ano que vem. Nunca existiu isso em Curitiba, nunca!

O SR. GABRIEL MANOEL — É isto que eles estão seguindo o exemplo do famigerado Delfim Netto, é isto que eles estão seguindo. É isto, quando se tapa as ruas da periferia de Curitiba com cascalho e uma pequena chuva perene que venha, já arreventa com tudo e os buracos ficam à mostra.

Esta é a democracia participativa. Aqueles coitados que têm o seu barraco, que não podem nem pagar o BNH, hão de pagar 300% com correção monetária? Por que não vem agora o líder do PMDB dizer que está errado? Nós haveremos de corrigir o erro, porque nós também fazemos parte da comunidade paranaense.

O SR. DONATO GULIN — Vossa excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Eu agradeço o aparte de vossa excelência, e queria parabenizá-lo, nobre deputado. Aliás, no Pequeno Expediente nós tivemos uma participação do Plenário onde pedíamos a sua excelência, o senhor prefeito municipal de Curitiba, senhor deputado federal Maurício Fruet, para que não mandasse a mensagem de aumento do IPTU e dos serviços públicos à Câmara Municipal antes, inclusive, de ser definida esta votação do Decreto n.º 2.064 ou outro que virá no lugar, mas que ficasse definido pelo menos o aumento do salário dos trabalhadores, porque todos os que aqui vivem são trabalhadores.

E que após definido esse aumento, o aumento do IPTU e dos serviços públicos da nossa cidade fosse, no

máximo, igual ao aumento do salário. Porque é injusto, inclusive, que o aumento imposto seja maior que o aumento do salário. Porque se hoje nós estamos criticando, se hoje nós viemos ao Plenário dizer que lamentavelmente o homem, o trabalhador, o assalariado está com o seu poder aquisitivo cada vez menor, ainda vem a prefeitura de Curitiba, diminuir com um aumento de imposto maior do que o aumento do salário.

Então quero parabenizar-me com vossa excelência, e dizer que não é por causa de que uma pessoa erra que todo o mundo deve errar. Nós devemos é tentar acertar.

Obrigado pelo aparte, senhor deputado.

O SR. GABRIEL MANOEL - Eu agradeço a vossa excelência e logo após darei o aparte ao deputado Ezequias Losso. E queria dizer a vossa excelência que o que nos causa espécie dentro do entendimento bitolado, é não ouvir nenhuma voz do outro lado dizer que está errado. Os professores e Deus parece que não enxergam. Os homens não querem enxergar ou têm medo do "patrão". Porque quando o companheiro nosso estava errado, quando o senhor deputado Erondy Silvério era nosso líder, o que nós achávamos de errado no governo ele vinha a essa tribuna e denunciava, sem querer bajular o meu companheiro Erondy Silvério, mas apenas para rememorar fatos.

Onde está a voz que se levantava em nome dos pequeninos? Até parece, como dizia Getúlio Vargas: "Eles são pai dos pobres e mãe dos ricos".

O senhor deputado Ezequias Losso tem o aparte.

O Sr. Ezequias Losso - Nobre deputado, Gabriel Manoel. Acompanhamos, com atenção, o pronunciamento de vossa excelência, nesta tarde, e verificamos que realmente vossa excelência tem toda a razão. Como vereador à Câmara Municipal de Curitiba, sem piedade, as administrações municipais por aumentos de impostos, naquela época de 100%, 120%, achando que isso era realmente algo insuportável para o povo curitibano.

Mesmo aqui nesta Assembléia, ouvi críticas ao aumento de impostos municipais. E não vejo agora nenhum integrante da nobre Bancada que hoje está ocupando o Poder, crítica ao abusivo aumento de 300%, e a correção monetária mensal conforme falou muito bem o nobre deputado Airton Cordeiro.

Vemos aí, nobre deputado, uma diferença notável entre o dizer e o fazer. Mas o povo curitibano e, hoje à tarde, ainda estive com alguns municípios, o povo curitibano, realmente está observando o que está acontecendo. E muitos deles não vão poder pagar esse imposto. Muitos adquirentes do BNH, como falou vossa excelência, que outrora estavam tão sensibilizados pelas palavras eloqüentes de candidatos que se apresentavam como contra o governo de então, muitos destes estão vendo o engano. E não vão poder pagar porque o aumento do BNH vai ser 80%, mas o imposto de Curitiba vai ser de 300%.

Então, o que eles ganharam neste imposto menor que o Governo Federal está prevendo, eles vão ter que pagar a Prefeitura de Curitiba. Então, que pelo menos fosse de 80% o aumento do Imposto, aí concordaríamos, é razoável, o aumento proporcional idêntico ao que acontece junto ao BNH, mas nunca

superior.

Os cumprimentos a vossa excelência, pelas colocações oportunas que faz a respeito deste assunto.

O SR. GABRIEL MANOEL - Eu agradeço a vossa excelência, senhor deputado Ezequias Losso, e vejo que vossa excelência, conhecedor como é das causas curitibanas, ajudasse-me a transferir esse encargo para as "patativas" da Oposição, para que viessem cantar em prosa e verso o que eles fizeram para o povo até hoje.

Então, neste momento, em que se vê um povo usurpado da sua consciência principal, que é a sua esperança, que se a felicidade procurada corre a esperança é a última que morre, já está morrendo, já está morrendo, senhor presidente, a esperança do povo que votou nesse Governo...

O Sr. Erondy Silvério - Vossa excelência, me concede um aparte? (Assentimento).

O Sr. Sérgio Spada - senhor deputado, vossa excelência me concede um aparte?

O Sr. Erondy Silvério - Obrigado a vossa excelência e, apenas para formular duas questões: a primeira, com relação às acusações que o nobre deputado Airton Cordeiro fez à atual diretoria do Banco do Estado com relação ao trato do funcionalismo do referido Banco.

Lembro-me que na Legislatura passada, os funcionários do Banestado tinham aqui um defensor intransigente, um crítico costumaz ao governo Ney Braga, à administração do Banestado do governo anterior, era o nobre deputado Fiori Luiz e, hoje, se verdadeiras as acusações que faz à Casa o nobre deputado Airton Cordeiro, fica numa situação muito delicada neste Poder Legislativo, porque ele está caindo num mutismo injustificável com relação às pressões, às incompreensões, às injustiças que vêm sofrendo os funcionários do Banestado, esperamos ainda que o nobre deputado Fiori Luiz venha à tribuna e desminta o nobre deputado Airton Cordeiro, ou se condene o governo por estar tratando os funcionários daquela maneira que ele defendia com tanto ardor e com tanta ênfase no governo anterior.

Em segundo lugar, eu não acredito que o nobre deputado Maurício Fruet, que é homem de muita sensibilidade humana, política...

(Assume a presidência o Sr. deputado Fiori Luiz).

O SR. PRESIDENTE (Fiori Luiz) - Está encerrado o horário de vossa excelência. A presidência concede mais um minuto para a conclusão.

O Sr. Erondy Silvério - Rapidamente, apenas para dizer a vossa excelência, que eu não acredito nesse aumento de 300% mas se isto for verdadeiro, eu tenho a absoluta certeza que o nobre deputado Adhail Sprenger Passos vai levantar a voz aqui em defesa do município curitibano como eu fazia na Câmara Municipal à época em que eu era vereador. Eu acredito no nobre deputado Adhail Sprenger Passos.

O SR. GABRIEL MANOEL - Senhor Presidente, por gentileza, apenas para me informar...

O Sr. Adhail Sprenger Passos - Permita-me um aparte, nobre deputado?

O SR. GABRIEL MANOEL - Dentro de um minuto,

exauriu o prazo la Liderança, trinta minutos...

O SR. PRESIDENTE (Fiori Luiz) - Vossa excelência tem apenas trinta segundos.

O SR. GABRIEL MANOEL - Sim, muito obrigado. Fica então, esta pergunta...

O Sr. Adhail Sprenger Passos - Permita-me um aparte, senhor deputado?

O SR. GABRIEL MANOEL - Em virtude do tempo, eu não posso, vossa excelência me permita, não sei se em trinta segundos eu posso dar um aparte, isso é uma barbaridade. Mas fica no ar essa nossa solicitação para a nobre Bancada para as "patativas" que muitas vezes vêm cantar em prosas e em versos o grande governo José Richa. Vamos considerar. Muito obrigado.
(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fiori Luiz) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuídos aos senhores deputados:

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 26/83, (Mensagem n.º 20/83, Ex-Proposição n.º 17/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e a SEPLAN, (órgão da Presidência da República), objetivando a implantação e o aperfeiçoamento do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia. - **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 27/83, (Mensagem n.º 32/83, Ex-Proposição n.º 30/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênios celebrados em 07/02/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os municípios e objetivos que especifica - **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 28/83, (Mensagem n.º 34/83, Ex-Proposição n.º 33/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênios celebrados em 20/01/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras conforme o Programa Especial de Controle de Erosão do Solo no Nordeste do Paraná. - **PRONOROESTE. - Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO. - Requeiro, pela ordem, senhor presidente, a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fiori Luiz). - A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação. Os senhores deputados que aprovam o

Projeto de Resolução...

O SR. HERMAS BRANDÃO. - Senhor Presidente, (Pela Ordem).
Requeiro chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (Fiori Luiz). A Mesa defere e solicita ao senhor 1.º secretário que proceda à chamada nominal dos senhores deputados.
(É feita a chamada nominal dos senhores deputados).

O SR. 1.º SECRETÁRIO - 25 Senhores deputados responderam a chamada, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fiori Luiz) - Responderam a chamada 25 senhores deputados, não há número para deliberação e sim para o prosseguimento da sessão.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 29/83, (Mensagem de ex-Proposição n.º 37/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova termos aditivos a termos de cooperação técnica e financeira de 01/02/82, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios de Bom Sucesso, Borrazópolis, Itambé e Xambê, objetivando execução do PROSAFRAS, no exercício de 1982. - **Encerrada a discussão.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 30/83, (Mensagem n.º 35/83, ex-Proposição n.º 36/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os termos de cooperação técnica e financeira, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios de Bocaiúva do Sul, Imbituva e Rebouças, objetivando execução do PROSAFRAS, no exercício de 1982. - **Encerrada a discussão.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 31/83, (Mensagem de ex-Proposição n.º 38/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os termos aditivos firmados em 29/12/82, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios de Mariluz, no exercício de 1982. - **Encerrada a discussão.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 32/83, (Mensagem e ex-Proposição n.º 16/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o termo aditivo datado de 30/11/82, ao convênio celebrado em 01/02/82, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para escoamento de safras - PROSAFRAS, no exercício de 1982. - **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 35/83, (Mensagem n.º 33/83 ex-Proposição n.º 31/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o termo de re-ratificação datado de

26/01/83, aos convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e os municípios, que especifica, objetivando Aplicação de Recursos Financeiros da COMEC, em obras de interesse Metropolitano. **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 37/83, (Mensagem de ex-Proposição n.º 08/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o município de São José dos Pinhais, objetivando a Implantação dos Serviços de Segurança contra Incêndios e a prestação de socorros públicos na área do referido município. - **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 38/83, (Mensagem n.º 31/83 ex-Proposição n.º 29/83), oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e os Municípios que especifica, objetivando Aplicação de Recursos Financeiros da COMEC, em obras de interesse Metropolitano. - **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 39/83, (Mensagem e ex-Proposição n.º 26/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DA COMISSÃO E JUSTIÇA, que aprova o convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e os Municípios que especifica, objetivando execução do Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Nordeste do Paraná. - **PRONOROESTE. Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 40/83, (Mensagem e ex-Proposição n.º 27/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento com a interveniência da SUDESUL, com os municípios e objetivos que especifica. - **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 87/83, de autoria do deputado EDUARDO BAGGIO, que declara de utilidade pública o "TEMPLO DA ALVORADA", com sede nesta Capital. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 154/83, de autoria do deputado GERNOTE KIRINUS, que declara de utilidade pública a "GRANDE LOJA UNIDA DO PARANÁ", entidade Maçônica com sede nesta Capital. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em regime de urgência. **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 164/83, de autoria do deputado GERNOTE KIRINUS, que declara de Utilidade Pública a "LOJA MAÇÔNICA SAINT GERMAIN N.º 2050", de jurisdição do Grande Oriente do Brasil, com sede nesta Capital. Com parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. Em regime de urgência. **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 165/83, de autoria do deputado GERNOTE KIRINUS, que declara de utilidade pública a "LOJA MAÇÔNICA DARIO VELLOZO N.º 6", com jurisdição da Grande Loja Unida do Paraná, com sede nesta Capital. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em regime de urgência, - **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 167/83, de autoria do deputado GERNOTE KIRINUS, que declara de utilidade pública a "SOCIEDADE FILATÉLICA DE CURITIBA", com sede nesta Capital. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em regime de urgência. - **Encerrada a discussão.**

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 158/82, de autoria do ex-deputado RENATO BERNARDI, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao "DR. JUSTINIANO CLÍMACO DA SILVA", deputado constituinte do Paraná. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - **Encerrada a discussão.**

PROJETO DE LEI N.º 158/82.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

A Art. 1.^o - Fica outorgado o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao doutor JUSTINIANO CLÍMACO DA SILVA, deputado constituinte do Paraná.

a Art. 2.^o - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de dezembro de 1982.

(a) RENATO BERNARDI.

JUSTIFICATIVA:

A medida pretendida pelo Projeto apenas faz justiça a quem participou ativamente do progresso de ocupação do norte do Paraná, o doutor JUSTINIANO CLÍMACO DA SILVA, médico recém formado na Bahia, fixou residência em Londrina nos primórdios da década de 1930. Moço, solteiro, culto, fez da medicina a grande razão da sua existência, comprovando a comparação de sua condição de médico a um verdadeiro sacerdote. Foi, aliás, em um seminário católico que o homenageado realizou seus primeiros estudos, embora não continuando a vida religiosa, estendeu este seu ideal ao exercício da medicina. Atendeu durante vários anos a sentenas de famílias rurais, percorrendo as estradas e carreadores da região em lombo de animal de montaria, único meio disponível de acesso, naquela época. Pioneiro fundador do hospital "Casa de Saúde Santa Cecília" onde atendeu a população londrinense por cerca de três décadas. Não se ateve, entretanto, apenas à sua condição de médico. Participou intensamente da História de Londrina e do Paraná. Poliglota, foi membro fundador do corpo docente do primeiro ginásio público daquela cidade onde ministrou diversas disciplinas lá permanecendo até chegarem os primeiros professores, preparados para o mister específico da Educação. Foi fundador, proprietário e diretor do PARANÁ JORNAL, órgão pioneiro da cidade de Londrina.

Na redemocratização do país, em 1945, ingressou, como fundador, no Partido Social Democrático (P.S.D.). Candidato a deputado estadual, foi eleito com uma votação significativa, tendo sido o primeiro parlamentar a representar Londrina e toda a sua região na Assembléia Constituinte (1947 - 1951). Os anais desta Casa registram a atuação do deputado CLÍMACO como um dos excelentes deputados, entre tantos, que o Paraná se orgulha de ter sido. Hoje, com 73 anos, o doutor JUSTINIANO CLÍMACO DA SILVA é alvo do respeito do povo de Londrina. O Paraná sente a satisfação de tê-lo tido como seu Constituinte. O título de Cidadão Benemérito do Paraná será a materialização do apreço que todos temos por um HOMEM que jamais aceitou ser outra coisa que não fosse ser agente eficiente da História de seu povo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 158/82

Objetiva o presente Plano de Lei de autoria do nobre deputado RENATO BERNARDI, conceder o título de CIDADÃO BENEMÉRITO DO PARANÁ ao DR. JUSTINIANO CLÍMACO DA SILVA, deputado constituinte do Paraná.

Dos termos da justificativa, depreende-se a justeza e oportunidade do Projeto, que tem por escopo enaltecer um cidadão que fez da Medicina um verdadeiro sacerdócio e que, como deputado Constituinte do Paraná, foi motivado de orgulho para seu Estado, no exercício de seu mandato.

Quanto ao aspecto formal e legal, nada existe que possa embarçar a normal tramitação do processo.

Nestas condições, somos de opinião favorável à APROVAÇÃO do Projeto.

É o parecer

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 78/83, de autoria do deputado HOMERO OGUIDO, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO MISSIONÁRIA E EDUCATIVA DE SANTA ANA", com sede na cidade de Londrina. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. **Encerrada a discussão.**

PROJETO DE LEI N.º 78/83.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO MISSIONÁRIA E EDUCATIVA DE SANTA ANA", com sede e foro na cidade de Londrina.

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1983

(a) HOMERO OGUIDO.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando inestimáveis serviços no campo da filantropia e assistência social junto a comunidade de Londrina, nos termos estabelecidos em seus estatutos sociais.

O reconhecimento da comunidade é de domínio público junto a sociedade londrinense, o que se

coaduna com a presente proposição visando o reconhecimento público na esfera estadual.

A documentação que apresentamos comprova o preenchimento, pela entidade, dos requisitos essenciais previstos pela legislação estadual em vigor, razão pela qual esperamos contar com o apoio dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 78/83

A presente iniciativa do nobre deputado HOMERO OGUIDO, tem por escopo declarar de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO MISSIONÁRIA E EDUCATIVA DE SANTA ANA, com sede e foro na cidade de Londrina.

Convertido anteriormente em diligência junto ao ilustre autor do projeto, retorna agora o processado, após o cumprimento das exigências legais.

Imune de vícios e omissões, o presente plano de lei está de acordo com as normas regimentais, inexistindo óbices de ordem constitucional à sua aprovação.

Parecer FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 27 de setembro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR - Presidente
HERMAS BRANDÃO - Relator

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 81/83, de autoria do deputado HERMAS BRANDÃO, que declara de utilidade pública a CRECHE SÃO JUDAS TADEU, com sede nesta Capital. Com parecer FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade. - **Encerrada a discussão.**

PROJETO DE LEI N.º 81/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a "Creche São Judas Tadeu", com sede e foro nesta capital.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1983.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A Creche São Judas Tadeu é uma entidade que tem por finalidade o atendimento e a assistência social à infância de nossa comunidade, nos termos de seus estatutos sociais.

A sua ação social é das mais benéficas, e se enquadra aos parâmetros dos fins sociais previstos na legislação estadual que regula o estatuto da utilidade pública.

A documentação que anexamos comprova o preenchimento dos requisitos essenciais para o reconhecimento público estadual.

Com isso propomos o presente plano de lei, que por certo receberá o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 81/83

Pretende o ilustre deputado Hermas Brandão, através do presente plano de lei, declarar de utilidade pública a "Creche São Judas Tadeu", com sede nesta capital.

Examinando o processado, verifiquei que a farta documentação que o instrui, atende a todas as exigências da Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que regula a matéria.

Constitucionalmente, a iniciativa é pertinente e a forma está adequada ao Regimento Interno.

Assim, nosso parecer é favorável, por sua APROVAÇÃO. Sala das Comissões, em 21 de agosto de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR - Presidente
ERVIN BONKOSKI - Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 107/83, de autoria do deputado RUBENS BUENO, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E A INFÂNCIA - APMI, com sede e foro no município de Araruna. Com parecer FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade. — Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI Nº 107/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a APMI - Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Araruna, com sede e foro no município de Araruna.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08 de agosto de 1983.

(a) RUBENS BUENO

JUSTIFICATIVA:

De iniciativa do sr. Genésio Marques de Souza, secretário municipal da Prefeitura de Araruna, visa o presente a viabilização da assistência social, voltada à proteção da maternidade e infância, através da construção de uma creche nesta cidade.

No município de Araruna, desde o ano de 1964, vem esta entidade prestando inestimáveis serviços à população o que, inclusive, já lhe granjeou a declaração de utilidade pública municipal (Lei Municipal nº 464/77).

A documentação anexa, comprova os requisitos essenciais exigidos pela Lei nº 6994, para que a mesma possa ser considerada de utilidade pública a nível estadual, o que estamos propondo à consideração dos nobres parlamentares, através do presente projeto de lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 107/83

Ao analisarmos o Projeto de Lei nº 107/83, de autoria do deputado Rubens Bueno, que visa tornar a APMI de Araruna - PR, como entidade de utilidade pública, constatamos a inexistência do documento exigido pelo item IV, do Art. 1.º da Lei nº 6.994, de 10.01.78.

Assim sendo, dirigimo-nos à presidência da entidade, solicitando o referido documento, e agora de posse do mesmo, requeremos sua juntada ao Projeto de Lei em pauta.

E agora satisfeita às exigências da lei, e não encontrando mais nenhum óbice para tramitação do projeto somos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de setembro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente
AUGUSTO CARNEIRO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 114/83, de autoria do deputado NESTOR BAPTISTA, que dispõe sobre obrigatoriedade, a partir da vigência desta lei, execução cantada dos Hinos Nacional, à Bandeira e do Estado, nos estabelecimentos de ensino de primeiro e segundo graus do Estado. Com pareceres FAVORÁVEIS da CCJ e CE, por unanimidade. — Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI Nº 114/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA :

Art. 1.º — É obrigatória a partir da data de vigência desta Lei, nos estabelecimentos de ensino de primeiro e segundo graus do Estado a execução cantada dos Hinos Nacional, à Bandeira e do Estado.

Parágrafo único — Os hinos cuja execução é exigida por este artigo deverão ser entoados com a participação do corpo docente e

discente das escolas, em dias alternados, de modo que pelo menos um deles seja executado a cada dia.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1983.

(a) NESTOR BAPTISTA

JUSTIFICATIVA:

O processo político que estamos vivendo há quase vinte anos procurou, entre outros objetivos, anular o sentimento de nacionalidade, destruir nossa identidade cultural e rebaixar a consciência patriótica que se confrontam com a ideologia do regime. Isto serviu a uma meta central dos governos que se sucederam após 1964. Pretendiam quebrar todas as resistências ideológicas que pudessem se opor a entrega da economia brasileira ao capital estrangeiro. Esta entrega que nos trouxe, hoje, a condição de nação endividada, dependente, com sua soberania ameaçada.

O regime se utilizou de todos os meios e instrumentos para realizar esta obra de descaracterização. Seja pela propaganda exaustiva da desnacionalização, seja pela eliminação do processo educacional de tudo que pudesse afirmar a identificação de nossos jovens com os interesses patrióticos. Em troca, passou a confundir os conceitos de nação, de segurança nacional, de progresso, com o próprio regime e com interesses externos.

Este esforço do regime deu resultados. Uma ampla parcela de nosso povo e, especialmente, de nossa juventude ficou distante da compreensão de sua própria situação enquanto povo, perdeu vínculos com a nacionalidade, entorpeceu-se com as promessas de que este país se transformaria em potência no ano dois mil na medida em que se transformasse num imenso Porto Rico, num paraíso do capital internacional.

Hoje, começa a acordar porque o sonho virou pesadelo. Transfigurou-se nesta crise que atinge toda a sociedade e que exige a busca de alternativas que possam nos reconduzir ao equilíbrio, a estabilidade, a oportunidade de vida e trabalho para todos os brasileiros.

Tenho certeza de que a construção de um futuro melhor depende, também, da restauração de nossa identidade cultural e nacional. Este projeto, que apresentamos hoje, tem o único objetivo de restabelecer nas escolas públicas de nosso Estado procedimentos que têm a finalidade de despertar e consolidar princípios básicos do civismo, o amor à pátria e o respeito pelas nossas instituições. Creio que estes são objetivos maiores da Educação pública.

Tomemos exemplos. É constrangedor verificar que, mesmo em solenidades esportivas de cunho internacional, que normalmente despertam o sentimento nacional, os participantes, ao ser entoado o hino nacional, deixam de fazê-lo ou de manifestar o devido respeito, porque não foram educados conscientizados para tanto. E esta é uma boa amostra da juventude brasileira.

Sabemos que esta nação não irá recuperar sua autonomia e independência completas, nem seu povo irá recuperar uma profunda consciência patriótica com simples medidas como esta que estamos propondo. Mas tenho certeza de que o restabelecimento deste hábito de civismo nas escolas públicas do Estado ajudará a preparar o espírito de nossa juventude para as grandes tarefas que temos pela frente. Tornar obrigatória a execução do hino nacional, à bandeira e do Estado é uma forma de, no mínimo, levar nossa juventude a conhecer símbolos pátrios que deve respeitar porque são, antes de tudo, seus próprios símbolos de identidade enquanto povo e nação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 114/83

De autoria do ilustre deputado NESTOR BAPTISTA, o presente Plano de Lei objetiva tornar obrigatória a execução cantada do Hino Nacional, Hino à Bandeira e Hino do Estado.

Colhe-se dos termos da justificativa a oportunidade e mesmo a necessidade da medida, que visa restabelecer esse hábito de civismo tão salutar para a nossa juventude.

Está o processo revestido das formalidades legais, inexistindo óbices de ordem constitucional ou regimental que impeçam sua normal tramitação pelos demais órgãos da Casa.

Somos, assim, pela APROVAÇÃO do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17 de agosto de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO — Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Parecer ao Projeto de Lei nº 114/83

O plano de lei em pauta, de autoria do nobre deputado Nestor Baptista, pretende tornar obrigatória a execução dos Hinos Nacional, à Bandeira e do Estado nos estabelecimentos de ensino estaduais de primeiro e segundo graus.

O projeto mereceu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

No que respeita ao Hino Nacional, a obrigatoriedade do seu canto e da interpretação de sua letra nos estabelecimentos de ensino de primeiro e segundo graus já são obrigatórios, face o disposto no Art. 39, da Lei nº 5.700, de 1.º de setembro de 1971.

Nestas condições, não havendo impedimento legal que se possa antepor e em obediência ao disposto na Lei Federal acima citada, somos pela APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 13 de setembro de 1983.

(aa) ODENI MONGRUEL — Presidente e Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 127/83, de autoria do deputado JORGE AMIN MAIA FILHO, que declara de utilidade pública o SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS DE MARILÂNDIA DO SUL - SOS, com sede e foro no referido município. Com parecer FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade. — Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI Nº 127/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública o Serviço de Obras Sociais de Marilândia do Sul - SOS, com sede e forum em Marilândia do Sul - PR.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1983.

(a) JORGE MAIA FILHO

JUSTIFICATIVA:

A entidade enfocada, tem a finalidade de promover a assistência social, junto a menores carentes e abandonados, sem qualquer distinção de raça, cor ou crença religiosa no sentido de orientá-los e integrá-los à comunidade, promovendo assim o bem-estar individual ou familiar.

Assim sendo, esperamos que os ilustres pares com assento nesta Casa, acolham esta nossa pretensão, pois a mesma está de acordo com a lei reguladora da matéria.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 127/83

De autoria do ilustre deputado Jorge Amin Maia, objetiva o presente Plano de Lei declarar de utilidade pública o SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS DE MARILÂNDIA DO SUL - SOS, com

sede e foro no município de Marilândia do Sul.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta. É o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de setembro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente
EZEQUIAS LOSSO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 132/83, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem nº 97/83), que dá nova redação ao art. 259, da Lei nº 1943, de 23/06/54. (Normas para concessão da Medalha "Policial-Militar"). Com parecer FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade. — Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI Nº 132/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica denominada "Medalha Policial-Militar", a Medalha Militar criada pela Lei nº 1.948, de 20 de março de 1920 e modificada pela Lei nº 1.943, de 23 de junho de 1954.

Art. 2.º — O art. 259, da Lei nº 1.943, de 23 de junho de 1954, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 259 — A Medalha Policial-Militar, criada pela Lei nº 1.948, de 20 de março de 1920, confeccionada, respectivamente, em bronze, prata e ouro, destina-se a recompensar os bons serviços prestados pelos oficiais e praças da Polícia Militar do Paraná, em serviço ativo, que, com ótimo comportamento, completarem, para todos os efeitos legais, dez, vinte e trinta anos, satisfeitas as condições previstas nas "Normas para a Concessão da Medalha Policial-Militar", a serem baixadas pelo Comandante-Geral da Corporação".

Art. 3.º — O Comandante-Geral da Polícia Militar do Paraná, no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data da publicação desta Lei, baixará as "Normas para a Concessão da Medalha Policial-Militar".

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 132/83

O presente Plano de Lei, constitui-se da Mensagem Governamental nº 97/83, que objetiva dar nova redação ao Art. 259 da Lei nº 1943, de 23 de junho de 1954, através da qual, são estabelecidas normas para a concessão da Medalha criada pela Lei nº 1948, de 20 de março de 1920.

Na ampla exposição de motivos o senhor governador salienta que nas Forças Armadas a Medalha é outorgada a todos, inclusive às praças, enquanto que na Polícia Militar, esse direito é exclusivo dos oficiais.

Com o presente projeto, pretende-se estabelecer a equidade, assegurando assim os mesmos direitos a todos, não havendo distinção entre os policiais-militares do Estado.

Analisando-se o aspecto legal e constitucional a que é chamada a opinar esta Comissão, temos que a matéria está revestida das formalidades exigidas pela legislação pertinente, não havendo qualquer óbice, quer legal ou constitucional que possa impedir sua normal tramitação.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, em razão da justificativa que acompanha a Mensagem, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de setembro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR - Presidente

ANIBAL KHURY - Relator

O SR. PRESIDENTE (Fiori Luiz) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Acir Mezzadri, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário da Segurança Pública, encarecendo o fornecimento de um veículo destinado aos serviços específicos da Ciretran do município de Campo Largo. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. presidente da Sanepar, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo atendimento referente a obras de abastecimento de água, na melhoria e expansão de redes e ligações para os sistemas de abastecimento dos municípios de Cianorte e Terra Boa. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. diretor do Detran, por intermédio da Secretaria de Segurança Pública, encarecendo a concessão de veículos pelo Fundo Especial de Reequipamento de Trânsito - Funrestran, para os municípios de Rondon, Cianorte e Cidade Gaúcha. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. presidente do IAM, por intermédio da Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo o atendimento, através de alimentos, agasalhos, custeio de operações, reparação e aquisição de equipamentos, do Lar Infantil Allan Kardec, do município de Cianorte. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. diretor do Detran, por intermédio da Secretaria de Segurança Pública, encarecendo a coordenação e controle de tráfego urbano e instalação de três semáforos no município de Cianorte. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando reconsideração dos Atos n.ºs 989/83 e 992/83 de 19 de setembro de 1983, baixados pelo CENAL - Comissão Executiva Nacional do Alcool. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando o envio de moção ao sr. presidente da República e ministro das Relações Exteriores, Saraiva Guerreiro, visando que o Brasil assumira posição de condenação da invasão norte-americana à Granada e defesa o direito dos povos a sua auto-determinação, nos termos que apresenta. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário da Segurança Pública, visando a agilização na construção e equipamento de Módulos Policiais no município de Cianorte. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando manifestação à Comissão Central Organizadora dos XXVI Jogos Abertos do Paraná, bem como à equipe campeã da referida competição, no município de Ponta Grossa. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário da Saúde e Bem-Estar Social, visando a instalação de um miniposto de saúde no distrito de Arapuã, no município de Ivaiporã. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. Secretário de Saúde e Bem-Estar Social, visando a instalação de um miniposto de saúde no distrito

de Alto Porã, no município de Ivaiporã. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário da Cultura e do Esporte, visando recursos financeiros para pagamento da despesas contraídas pela Escola Unidade Nova, no município de Ubitatã. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à senhora Coordenadora de Assistência ao Educando, por intermédio da Secretaria de Educação, visando concessão de auxílio de material de primeiros socorros para o município de Nova Cantu. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário do Planejamento, encarecendo a liberação de recursos financeiros para saldar compromissos salariais para com os funcionários públicos pertencentes à prefeitura do município de Araruna. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. Superintendente da Sucepar, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a liberação de materiais para a construção de galerias em diversas vias localizadas no município de Iretama. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário dos Transportes, no sentido de que seja interferida na transação entre as empresas de Ônibus Viação Garcia Ltda. e Expresso Maringá Ltda., com relação às linhas de ônibus intermunicipais. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente, solicitando transcrição nos anais da Casa, do discurso proferido pelo sr. Nelson de Freitas Barbosa, por ocasião do ato comemorativo ao 60.º aniversário da Associação Comercial, Industrial e Agrícola do município de Paranaguá. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Roberto Requião, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de solidariedade à Ordem dos Advogados do Brasil, pela invasão da sede de sua Seção de Brasília, determinada pelo sr. comandante Militar do Planalto. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário do Planejamento, encarecendo a destinação de recursos financeiros para a efetivação de melhorias no Cemitério Municipal, no Município de Terra Boa. — **Encerrada a discussão.**

Lembramos aos srs. deputados que amanhã, às 15:00 horas, neste Plenário, haverá uma Sessão Solene, comemorativa aos 500 anos do nascimento de Martin Luther. Os srs. convidados estão convidados para essa sessão solene. Amanhã, às 15:00 horas, neste local.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 11, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO — 3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 28, 29, 30, 31, 32 d 34/83.

EM VOTAÇÃO — 2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de

Resolução n.ºs 35, 37, 38, 39 e 40/83 e dos Projetos de
Lei n.ºs 87, 154, 164, 165 e 167/83.

Lei n.ºs 158/82 e 78, 81, 107, 114, 127 e 132/83.

EM VOTAÇÃO – 1ª DISCUSSÃO – dos Projetos de

1ª DISCUSSÃO – dos Projetos de Resolução n.ºs 41, 42,
43, 54, 84 e 85/83 e Proposição n.º 52/83.

Levanta-se a sessão.